

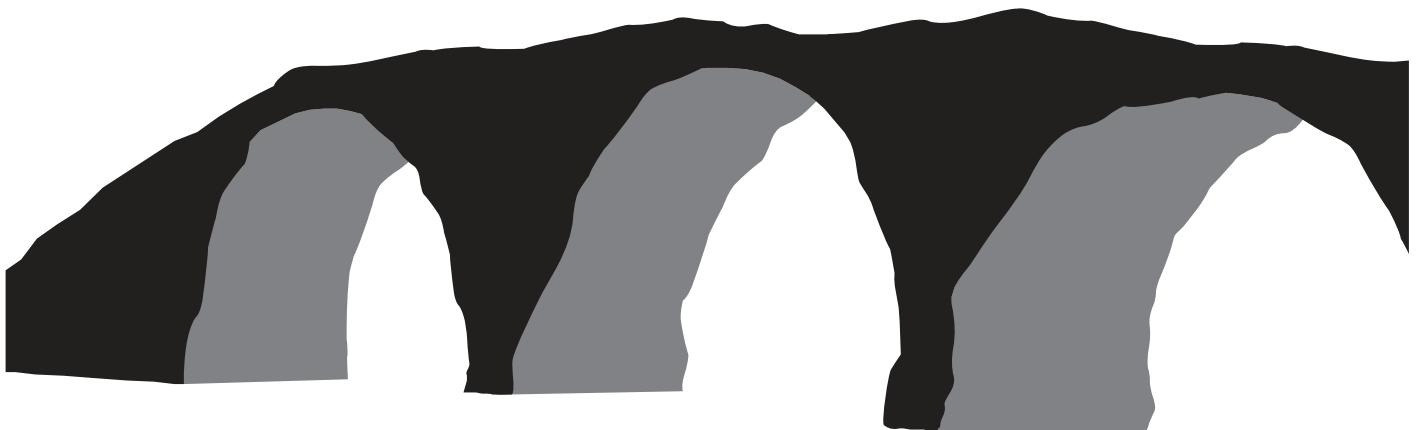
VESTÍGIOS – Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica

Volume 1 | Número 1 | Janeiro – Junho 2007

ISSN 1981-5875

UMA OUTRA ESCRAVIDÃO: A PAISAGEM SOCIAL NO ENGENHO DE SÃO JOAQUIM, GOIÁS

Marcos André Torres de Souza



UMA OUTRA ESCRAVIDÃO: A PAISAGEM SOCIAL NO ENGENHO DE SÃO JOAQUIM, GOIÁS¹

Marcos André Torres de Souza *

“Two principles in human nature reign:
Self-love, to urge, and Reason, to restrain”
(Pope, *Essay on Man*, 1733)

RESUMO

Este artigo examina a paisagem social no Engenho de São Joaquim, construído em Goiás no ano de 1800 por Joaquim Alves, um rico escravocrata da vila de Meia Ponte (atual Pirenópolis). Baseado em dados arqueológicos e documentais, argumento que Alves criou espaços e temporalidades nesse engenho que serviram de palco para um novo modelo de escravidão, amplamente amparado pelo pensamento iluminista.

RESUMEN

Este artículo examina el paisaje social del Ingenio de São Joaquim, construido en Goiás hacia el 1800 por Joaquim Alves, un Señor rico de la Villa de Meia Ponte (actual Pirenopolis). A partir de datos arqueológicos y documentales, afirmo que Alves creó espacios y temporalidades en ese ingenio que sirvieron para mostrar un nuevo modelo de esclavitud, sostenido por el pensamiento iluminista.

ABSTRACT

This article examines the social landscape of the Engenho de São Joaquim, which was built in Goiás during the year of 1800 by Joaquim Alves, a rich slaveholder from the province of Meia Ponte (present day Pirenópolis). Based in archaeological and documentary data, I argue that Alves built spaces and temporalities in this plantation in order to set a background for the creation of a new model of slavery, vastly supported by an enlightened rationale.

¹ Este trabalho foi realizado com o apoio do CNPq, uma entidade do Governo Brasileiro voltada ao desenvolvimento científico e tecnológico.

* Doutorando pelo departamento de Antropologia da Universidade de Syracuse, Estados Unidos e Professor adjunto da Universidade Católica de Goiás, Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia. Caixa Postal 86, Setor Universitário, Goiânia, GO, 74605-010.

INTRODUÇÃO

A idéia de “uma outra escravidão”, apresentada no título deste artigo, refere-se ao fato de que não houve no Brasil e tampouco nas Américas, um único e monolítico modelo de escravidão. As formas pelas quais essa instituição foi expressa variou de região à região e ao longo do tempo. Essa capacidade de transformação, aliás, foi um dos aspectos determinantes para sua sobrevivência, como instituição, por mais de duzentos anos. O caso brasileiro não foi diferente, tendo ele também sofrido, desde o século XVII, uma série de mudanças que influenciaram, decisivamente, os modos pelos quais as relações senhor-escravo foram estabelecidas.

Neste artigo, procuro demonstrar que no antigo Engenho de São Joaquim, hoje Fazenda Babilônia (Figura 1), uma grande unidade rural goiana de 1800, foi implantada uma “outra escravidão”, que rompeu com aquela praticada ao longo do século XVIII no nível regional, o que teve uma série de implicações nas formas pelas quais as configurações dos seus espaços foram estabelecidas. Os modos como vivenciamos o ambiente físico em nosso cotidiano é uma dimensão intrínseca de como vivenciamos a própria sociedade. Colocando essa questão em outros termos, nós “lemos” o espaço e antecipamos estilos de vida (Hillier e Hanson, 1984:27). Tomando essa percepção como ponto de partida, pretendo analisar o espaço social desse engenho, baseando-me, para isso, em dados arqueológicos e documentais. Por meio de uma abordagem comparativa, procuro construir uma “genealogia” do espaço social dessa antiga propriedade rural, discutindo, a partir daí, as idéias que o revestiam.



Figura 1 – Vista aérea do Engenho de São Joaquim, atual Fazenda Babilônia. A seta da esquerda indica a localização da sede; a da direita, onde se situavam as antigas senzalas e terreiro (Fotografia: acervo pessoal de Telma Lopes Machado).

O antigo Engenho de São Joaquim constitui-se em um exemplar único em Goiás, uma vez que conta com seu edifício-sede ainda muito bem preservado, estando sob a proteção do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (inscrito no livro de tomo sob o No. 480, em 26/04/1965). O engenho conta também com informações de muito boa qualidade em relação às suas senzalas, hoje destruídas, mas cuja localização pôde ser identificada arqueologicamente. Dessa forma, constitui-se em um caso de raro valor para discussões envolvendo as relações espaciais entre sede e senzala no contexto do Brasil escravista. Neste artigo, examinarei esses dois conjuntos, separadamente, e de forma relacional.

UMA ARQUEOLOGIA DA PAISAGEM: ESPAÇO E TEMPORALIDADES

A arqueologia da paisagem é hoje um componente importante dos estudos realizados por arqueólogos para a compreensão dos povos e culturas do passado. Na perspectiva pós-moderna, a paisagem tem sido analisada por uma variedade de abordagens que têm se colocado além da idéia de que ela constitui-se apenas em um recurso para abrigo, aquisição de matéria-prima e práticas de subsistência. Nessa perspectiva, tem se assumido também que ela possui atribuições sócio-culturais, desempenhando um papel ativo na mediação de relações sociais (Knapp e Ashmore, 1999:1,8-13). Na arqueologia histórica, embora nenhuma definição explícita de arqueologia da paisagem venha sendo adotada (Delle, 1998:14), essa premissa tem sido assumida por muitos, tendo como marco os estudos seminais desenvolvidos por Deetz (1977:92-117) e Leone (1984).

Mais recentemente, alguns autores têm enfatizado o fato de que a paisagem é primariamente percebida, vivenciada e contextualizada por indivíduos (Knapp e Ashmore, 1999:1; Bowser, 2004:1-2), tendo, assim, um caráter ontológico. Essa percepção fundamenta-se na fenomenologia conforme postulada pelo filósofo alemão Martin Heidegger (Tilley, 1994; Thomas 1996) e parte da premissa de que as percepções humanas baseiam-se em uma capacidade de vivenciar as experiências de forma relacional, tomando como ponto de partida o próprio corpo. Somente seres humanos “tem um mundo”, no sentido de que permitimos que as coisas existam imersas em relações de sentidos. O corpo humano não existe de forma independente, movendo-se e colhendo experiências sensoriais. A experiência física e sua interpretação, assim, co-existem, o que foi denominado por Heidegger como “ser-no-mundo” (Thomas, 1996:17-20).

Um aspecto ligado a esse conceito está no fato de que é através do corpo humano que o indivíduo adquire sua compreensão daquilo que o cerca (Thomas, 1996:87), incluindo os elementos físicos, que constituem-se em referências importantes para sua orientação na paisagem (Tilley, 1996:165). Assim, as formas pelas quais um indivíduo se relaciona com o mundo não estão simplesmente “na sua cabeça”, mas nas relações pessoas-coisas, o que sugere que a cultura material faz parte, efetiva-

mente, do ser-no-mundo (Thomas, 1996:84). É nesse sentido que Ingold (1993:170) afirma que a “biografia” de, por exemplo, uma Igreja, consiste nas relações que se desdobram a partir das experiências dos seus construtores e usuários, bem como dos componentes do ambiente do qual ela faz parte.

Um aspecto também importante do ser-no-mundo diz respeito ao fato de que esse conceito permite que se dissolvam as divisões entre espaço e tempo, que são categorias, muitas vezes, consideradas como independentes, sobretudo na arqueologia. Conforme assinalou Thomas (1996:34), as temporalidades não são, necessariamente, externas ao social. Ao contrário, elas permeiam o ser e suas instituições. As histórias pessoais são também “histórias espaciais”, na medida em que os lugares são percebidos diretamente pelos indivíduos ao longo de suas trajetórias diárias. As paisagens humanas são constituídas de caminhos que se trançam e se cruzam e enquanto as pessoas se movem em padrões cíclicos em suas rotinas, voltam ao mesmo lugar, repetidamente, sincronizando sua presença com outros. Dessa forma, os lugares assumem uma característica temporal, ligando-se às identidades e histórias individuais (Thomas, 1996:90).

Nessa discussão, é útil considerar a noção de “cronotopo”, conforme proposta pelo crítico literário russo e teórico do pós-colonialismo, Mikhail Bakhtin (1981:84-258). O termo (literalmente, “tempo espaço”), captura a idéia de que os espaços são carregados de diferentes temporalidades. Na concepção de Bakhtin (1981:84), cronotopo refere-se à conexão intrínseca e inseparável das relações espaciais e temporais. Ambos são considerados por ele como parte de um todo e possuidores de uma forma concreta que é revelada à medida que o tempo, com seus diferentes movimentos e texturas, torna-se visível em narrativas levadas a efeito no espaço. Ao discutir o lugar dos seres humanos nas novelas gregas, Bakhtin aproximou suas idéias das noções relacionadas ao ser-no-mundo, colocando o corpo humano como o centro das construções envolvendo tempo e espaço na paisagem. Na sua visão, as correspondências entre identidades particulares e noções de “ser” são os centros organizadores da imagem humana, o que, para ele, é viabilizado por meio dos movimentos dos indivíduos através do espaço (Bakhtin, 1981:105).

Na minha análise, pretendo tomar como ponto de partida essas noções e, a partir delas, utilizar o método conhecido como sintaxe do espaço (também é usado o termo “modelo gama”), aqui adotado como uma ferramenta para descrever e analisar os elementos do meio edificado ainda preservados no Engenho de São Joaquim. Esse método foi concebido por Hillier e Hanson (1984) e será aqui empregado de forma similar a Andrés Zarankin, que o utilizou com sucesso em suas discussões sobre os modos de morar na Argentina (Zarankin, 1997) e sobre a arquitetura escolar capitalista em Buenos Aires (Zarankin, 2002). Na sua abordagem, o método foi empregado como uma ferramenta para decompor plantas arquitetônicas em diferentes “nós” (*nodes*) e estabelecer, assim, as conexões e comunicações entre os espa-

ços de um edifício, gerando uma representação gráfica que possibilita a produção de dados comparáveis (Zarankin, 2002:87). Conforme se vê no exemplo da Figura 2, essa representação é criada a partir de uma planta baixa, tendo como ponto de partida o que foi definido por Hillier e Hanson como *carrier* (aqui utilizarei o termo “acesso”), sempre expresso pelo sinal gráfico \oplus . A partir daí, desenvolvem-se os “nós”, formados pela comunicações entre os diferentes espaços do edifício.

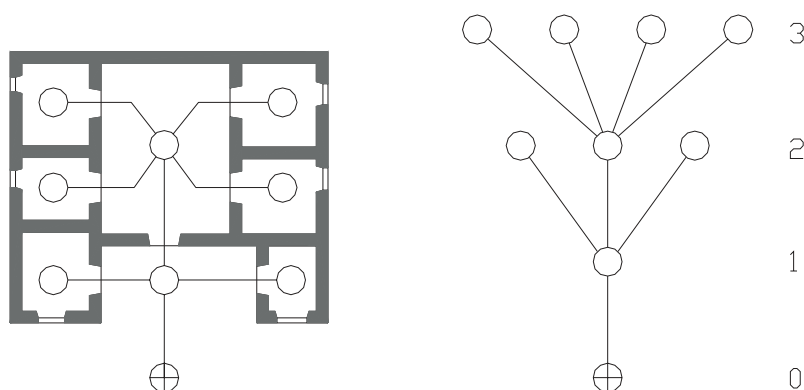


Figura 2 – Exemplo hipotético da representação gráfica de um edifício pelo método de sintaxe do espaço, vendo-se, à esquerda, uma planta baixa com suas comunicações e “nós” expressos de forma não justificada; à direita, aparece a representação resultante, já justificada. A numeração à direita indica os níveis crescentes de profundidade associados a cada “nó”.

Alguns elementos podem ser identificados na representação gráfica gerada por esse método. Um primeiro, constitui-se na observação das características de circulação da estrutura, que pode ter duas configurações espaciais distintas: *não distributivas* e *distributivas*. A primeira, inclui os espaços cuja circulação de entrada e saída só pode ser efetuada em uma única via; a segunda, envolve os espaços cuja circulação de entrada e saída pode ser efetuada por mais de uma via (Zarankin, 2002:87-88). Outro elemento de interesse inclui a noção de profundidade dos espaços, sendo os *profundos* aqueles que, em um dado edifício, estão em um nível maior ou, em outras palavras, são separados por muitos nós a partir do acesso; e os *rasos* aqueles que estão em um nível menor ou, em outras palavras, são separados por poucos “nós” ou mesmo nenhum, a partir do acesso. De modo geral, os sistemas rasos tenderão a produzir espaços mais *integrados*, enquanto aqueles mais profundos produzirão espaços mais *segregados* (Hillier e Hanson, 1984:108-109).

Apesar desse método prestar-se como uma forma de representar graficamente uma determinada distribuição de espaços e acessos, permitindo a geração de dados comparáveis, é importante considerar que ele é de grande utilidade na análise de ambientes relacionados com segmentos sociais dispares ou antagônicos, permitindo o exame de espaços internos e externos ou, em outras palavras, de espaços ocupados

por *insiders* e *outsiders*. Ele também serve para se compreender padrões de movimento, e as características de locais onde se dão encontros e onde eles são evitados (Hillier e Hanson, 1984:ix), o que pode auxiliar em discussões sobre espaços e temporalidades envolvendo experiências individuais.

O ENGENHO DE SÃO JOAQUIM: SUA HISTÓRIA E SEUS OCUPANTES

A construção do Engenho de São Joaquim liga-se a uma fase crítica da história de Goiás. À época em que se deu sua edificação, a província estava imersa em uma grave crise econômica e vivendo um processo de depopulação devido à diminuição dos depósitos auríferos que motivaram o povoamento de Goiás a partir de 1725 (Palacin, 1994). Durante essa crise, alguns dos dirigentes da província estavam ocupados em tentar reerguê-la, acreditando que Goiás possuía uma vocação latente para a agricultura (Chaul, 1997:85-106). O comendador Joaquim Alves estava entre eles. Alves não só rejeitava a mineração como alternativa econômica, mas também apontava a pecuária como forma de redimir Goiás dos seus males (Saint-Hilaire, 1975:98). Confiando nisso, ele ergueu o Engenho de São Joaquim, cuja edificação iniciou-se em 1800, nas imediações de Meia Ponte, uma vila mineradora criada em 1731. O engenho, que contava com cerca de 150 escravos em meados do século XIX, possuía grandes dimensões e, na sua administração, Alves contava com o auxílio do seu genro, Joaquim da Costa Teixeira que, quando não estava em viagens, nele residia.

O construtor do engenho, embora já contando com muitas posses à essa época, teve uma infância difícil. De acordo com seu testamento e inventário (Inventário de Joaquim Alves de Oliveira, 1854, maço 14, no. 266; Arquivo do Cartório de Família de Pirenópolis, doravante ACFP), ele nasceu em 1770, na vila de Pilar, Goiás, tendo passado o início de sua infância na pobreza (Jayme. 1943:54). Seu pai morreu quando ele contava apenas sete anos de idade e, na impossibilidade de ser criado pelo seu irmão mais velho, passou à custódia do padre Jesuíta Antônio de Azevedo Batista, um membro eminente da comunidade local (Jayme. 1943:32). Provavelmente devido à influência de Batista, Alves demonstrou interesse em seguir a carreira eclesiástica, mudando-se, com essa intenção, para o Rio de Janeiro em 1792. Logo viu frustradas suas intenções, o que fez com que ele se iniciasse na carreira de comerciante. Atuando como caixeiro viajante, acumulou em um curto intervalo de tempo a quantia de 800\$000 réis. Com esse dinheiro, retornou a Goiás, estabelecendo-se em Meia Ponte (Jayme. 1943:33; Costa, 1978:43-44). Valendo-se dos seus contatos comerciais, passou a realizar um lucrativo comércio interprovincial envolvendo Goiás, Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador e Cuiabá, o que lhe deu uma das maiores fortunas da província. Suas atividades consistiam em uma diversificada gama de negócios. Trazia para Goiás itens importados e escravos, além de vender cachaça e açúcar no comércio local. Para fora da província, levava algodão produzido tanto na sua propriedade

quanto em outras de Meia Ponte (D'Alincourt, 1953:90). Seu progresso como agricultor e comerciante foi acompanhado da sua ascensão política, tendo ele desempenhado inúmeras funções seculares, militares, judiciais e administrativas na província, entre elas a de juiz de paz e comandante geral. Ele ganhou inúmeras condecorações e títulos, incluindo o de comendador (Jayme, 1943:41, 1971:100; Costa, 1978:58). Foi ele ainda o responsável pela criação do primeiro jornal de Goiás, a *Matutina Meiapontense*, publicado entre 1830 e 1834.

Em sua visão de mundo, Alves foi influenciado por uma série de idéias do seu tempo, o que deve ter se iniciado ainda na sua infância, em função da sua educação pelo padre Antônio Batista, que conseguiu permanecer em Goiás após a expulsão dos jesuítas pelo Marquês de Pombal, em 1759. Como se sabe, os jesuítas foram responsáveis pela criação de inúmeras escolas no Brasil colonial e estavam entre aqueles que possuíam as maiores bibliotecas (Villalta, 1997:347-262).

Por meio dessa educação, Alves foi colocado em contato com as idéias do iluminismo, cujos princípios tiveram uma boa penetração no Brasil durante a segunda metade do século XVIII (Marchant, 1961; Ventura, 1988; Maxwell, 1996). O conteúdo da *Matutina Meiapontense*, que tinha Alves como proprietário, é uma evidência óbvia dessa influência, o que fez, aliás, com que muitos dos seus leitores o vissem como um “iluminado”. Eram apresentados nas notícias e artigos desse jornal alguns aspectos correlatos com o iluminismo, como aqueles ligados à “filosofia moral”, abordando temas como as virtudes morais, religiosidade e vida doméstica. Apresentava também artigos de caráter mais dogmático ligados, geralmente, à racionalidade e à lógica. Na arena política, o iluminismo também serviu de inspiração para algumas das idéias de Alves, veiculadas na *Matutina*. Publicado após a independência do Brasil, esse jornal era contrário, em um extremo, ao iluminismo despótico e, em outro, aos movimentos liberais, considerados como “anarquistas”. A *Matutina* defendia a monarquia constitucional, baseando seus argumentos nos direitos naturais dos seres humanos. Postulava o direito à propriedade, uso das leis como fonte primeira de justiça e o direito legítimo de todos os seres humanos à liberdade e resistência legal contra os déspotas. Essas posições terminaram por dar origem à Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional em 1832, criada em Meia Ponte e que tinha Alves como presidente.

De acordo com Hampson (1967:146), o iluminismo foi uma atitude mental. Talvez um dos aspectos mais significativos da sua influência sobre Alves tenha sido sua ênfase na benevolência, considerada um atributo inerente aos seres humanos. Um espírito “iluminado” deveria aceitar seus desígnios em oferecer bem-estar público. Indivíduos deveriam infundir em outros, princípios de tolerância, ordem e obediência às normas, o que muitas vezes era prescrito com uma ênfase na simplicidade das ações, o que denotava virtude moral (Hampson 1967:99-106; 155-161; 187). A influência desses princípios sobre Alves pode ser traduzida nas impressões dos via-

jantes e cronistas do século XIX que o conheceram, para os quais tais atributos eram parte do seu caráter. De acordo com Saint-Hilaire (1975:98), que visitou o engenho em 1819, ele tinha um grande senso de justiça, espírito religioso, simplicidade e bondade. Idéias similares foram expressas por D'Alincourt (1953:91), que o descreveu como um homem benevolente e cheio de recursos, e Jayme (1971:327-330), que – baseado em testemunhos de pessoas que o conheceram – o retratou como possuindo um espírito humanitário. Na vila de Meia Ponte, era considerado um benfeitor. Oferecia remédio aos desamparados, subsidiava estudos para os jovens clérigos, amparava meninas órfãs e fazia donativos regulares à Igreja. Consideravam-no um “magnânimo” na comunidade (Costa, 1978:63).

Embora Alves adotasse uma atitude benevolente e propagasse as virtudes morais nos moldes do iluminismo, sua vida não foi livre de condutas questionáveis. Seu casamento com Anna Rosa Moreira, a filha de um proeminente comerciante português, só se deu em 1803, após ele ter vivido com ela algum tempo de forma consensual (Costa, 1978:51-52). Além do mais, Anna Rosa era uma mãe solteira, possuindo filhos de relacionamentos anteriores com dois outros homens (Costa, 1978: 52), uma prática de todo reprovada pela Igreja (Del Priori, 1993:76). Alves envolvera-se também em prática de concubinato, ao relacionar-se com Florência Ferreira Campos (Costa, 1978:64), com quem teve um filho, uma atitude que se aproximava da heresia, uma vez que constituía-se em uma contestação insistente ao sexto mandamento (Figueiredo, 1997:62). Os dois filhos de Alves nasceram também em desacordo com os princípios estabelecidos pela lei e pela Igreja. Anna Joaquina, a única filha de Alves com Ana Roza, nasceu em 1800, quando os dois não eram ainda casados. O outro filho de Alves, também chamado Joaquim, nascera em 1824 do seu relacionamento ilícito com Florência. Embora batizado por Alves, Joaquim não foi contemplado em seu testamento e inventário (Inventário de Joaquim Alves de Oliveira 1854: maço 14, no. 266; ACFP). Deve-se considerar que, embora esse conjunto de práticas não fosse, de modo algum, infrequente no período colonial, era questionável para alguém que propagava estritas normas de conduta.

Um outro episódio que contraria a imagem pública de Alves envolveu as circunstâncias ligadas à morte de sua esposa, em 1833. Ela foi assassinada no engenho pelo capataz da propriedade, que era amante de sua filha, Anna Joaquina, casada, por sua vez, com Costa Teixeira, quinze anos mais velho. O capataz, de nome Justiniano, matou com um tiro Anna Roza após ter sido flagrado por ela no quarto de Anna Joaquina, enquanto dormia. Nesse episódio, é digna de menção a versão sobre o destino de Justiniano, perpetuado pela tradição oral. De acordo com essa narrativa, o capataz teria sido morto no caminho que ligava o engenho a Meia Ponte pelos escravos de Alves, que teria dado a ordem para que ele fosse executado após ser capturado (Jayme, 1943:44), contrariando, com isso, as prescrições legais para o caso e, conseqüentemente, os princípios que Alves parecia prezar.

Joaquim Alves morreu em outubro de 1851. Após sua morte, seu patrimônio foi sendo paulatinamente dissolvido. Sua filha morreu um ano após sua morte, sendo seu legado deixado a Costa Teixeira que, apesar do episódio trágico ocorrido no engenho, continuou casado com Anna Joaquina, recebendo assim, a herança de Alves. Costa Teixeira, à essa época, encontrava-se muito doente, não tendo condições de gerir todos os negócios deixados pelo seu sogro, inclusive o engenho, que entrou em franca decadência. Um exemplo disso está no decréscimo do número de escravos aí existentes. Segundo o inventário de Alves, datado de março de 1855, havia ainda na propriedade 106 escravos à essa época. Já no inventário de Costa Teixeira, de 1864, havia morando no engenho 72 escravos, 32% a menos que o número registrado em 1855 (Inventário de Joaquim Alves de Oliveira, 1854, maço 14, no. 266; Inventário de Joaquim da Costa Teixeira, 1964, maço 14, no. 367; ACFP).

Costa Teixeira morreu em 1864, deixando como herdeiros seu sobrinho e testamentário João Luis Teixeira Brandão, e seus três filhos, fruto de uma união duradoura com sua escrava Eufêmia de Gouveia, por ele liberta, com quem vivia desde a década de 1840. Os três filhos de Costa Teixeira receberam como herança o engenho e seus escravos, que à essa época somavam apenas 51 indivíduos, a maioria velhos e doentes (Inventário de Joaquim da Costa Teixeira, 1964, maço 14, no. 367; ACFP). Com essa divisão, o engenho continuou em decadência, sendo descrito por Brotero (1940:29), que por lá passou em 1867, como em estado de ruína e grande abandono. Só por volta de 1875 ele seria revitalizado, quando foi comprado pelo padre Simeão Lopes Zedes, que contava com muitas posses e negócios na província (Inventário de Simeão Lopes Zedes, 1899, maço 23, no. 655; ACFP).

A PAISAGEM NO ENGENHO DE SÃO JOAQUIM

O engenho de São Joaquim constituiu-se no que foi, provavelmente, o maior estabelecimento rural de Goiás na primeira metade do século XIX. Ele era composto por um número significativo de edifícios, cujas funções só são possíveis de se conhecer a partir de relatos de cronistas e esparsas evidências arqueológicas. Segundo documentos coevos, a sede era composta por um complexo funcional envolvendo a área de residência, varandas, capela, escritórios, quarto de hóspedes e engenho, todos térreos. No mesmo alinhamento desse edifício, bem como em seus fundos, existia outra capela, uma selaria, oficinas de serralheiro e de sapateiro, sala de arreios, cocheira e alojamento dos escravos solteiros, além de uma horta e alguns anexos destinados à fiação de algodão e descaroçamento da mandioca, ambos movidos à água. A sede e seus anexos situavam-se defronte a um pátio que era fechado em dois lados pelas senzalas dos escravos casados, havendo aí uma abertura por onde se dava o acesso ao engenho (D'Alincourt, 1956:91; Saint-Hilaire, 1975:98-99; Pohl, 1976:289).

Após a realização de sondagens arqueológicas e mapeamento das estruturas remanescentes no atual quintal da sede, verificou-se um número bastante limitado de evidências do conjunto de edifícios que se aglomeravam próximo a ela, uma vez que quando essas estruturas eram identificadas, ora apresentavam os alicerces obliterados por movimentos de solo, ora apresentavam alterações nas atribuições do espaço de cada edifício. Todavia, a sede do engenho, com seu complexo funcional, encontra-se muito bem preservada, tendo sua planta sofrido pouquíssimas alterações ao longo do tempo (Figuras 3 e 4). Esse edifício apresenta, na sua faixa fronteira, um conjunto composto por uma varanda de fora, uma capela e dois quartos para hóspedes. A varanda de fora² abre-se imediatamente para o local do antigo engenho, composto por uma ampla área destinada às moendas. O engenho era ladeado por um espaço provavelmente usado para a tulla (Telma Lopes Machado, comunicação pessoal, 12/11/2007) e, em posição posterior, pelo local das caldeiras, posicionado em um plano inferior. No mesmo edifício, ao lado da estrutura do engenho, situavam-se os escritórios, área residencial e copa, seguidos por uma varanda de dentro. Seguiam-se a essa faixa uma série de compartimentos que foram construídos após 1864, o que pôde ser comprovado pela ausência de descrições desses espaços nos inventários dos proprietários do engenho que datam até esse ano (Inventário de Joaquim Alves de Oliveira, 1854, maço 14, no. 266; Inventário de Joaquim da Costa Teixeira, 1964, maço 14, no 367; ACFP).

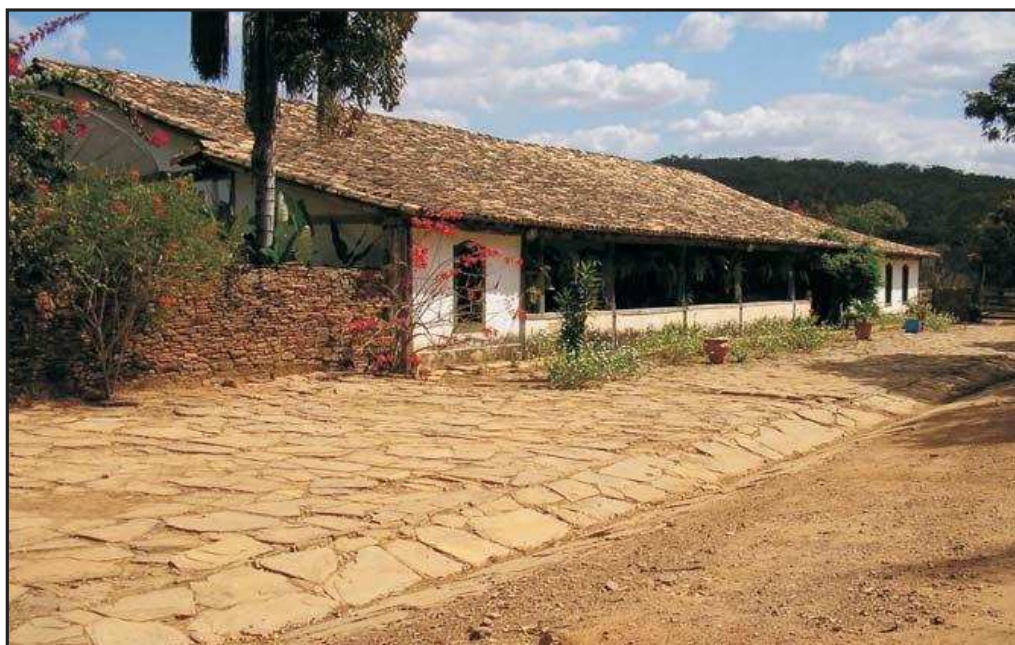


Figura 3 – Fachada frontal do Engenho de São Joaquim, atual Fazenda Babilônia (Fotografia: Marcos A. Torres de Souza).

² Utilizo aqui os termos “varanda de fora” e “varanda de dentro” conforme mencionado no inventário de Joaquim da Costa Teixeira, de 1864.

Para que se possa entender o modelo empregado na faixa frontal desse edifício, composta por uma varanda, capela e quarto de hóspedes, é necessária uma breve digressão, uma vez que sua origem remonta ao planalto paulista, no período compreendido entre 1611 e 1727. Durante esse período, forjou-se em São Paulo um tipo de arquitetura rural conhecida como “casa bandeirista”, que influenciou de forma marcante muitos engenhos do Brasil colonial. Essa arquitetura teve como cenário uma relativa autonomia de São Paulo no século XVII devido, sobretudo, a uma bem montada economia comercial do trigo, bem como a criação de modos de vida particulares de uma população que, gradualmente, tornou-se híbrida em suas práticas devido a intensas trocas culturais envolvendo colonos e indígenas. Segundo Saia (1978:127), a fase de experimentação social e econômica vivida pelos paulistas no século XVII teria dado origem a essa arquitetura que conservou, durante mais de um século, características bastante peculiares. Diferenciando-se da arquitetura do litoral, de pedra-e-cal, a casa bandeirista era construída de taipa, possuindo uma forma retangular (Figura 5). Organizava-se por uma faixa fronteiria, composta pela varanda, capela e quarto de hóspedes, seguida por outra, composta pelas alcovas que se

organizavam em torno de uma sala que, algumas vezes, abria-se para uma varanda interna e áreas de depósito, com uma cozinha geralmente situada de forma contígua aos fundos da habitação, em uma construção anexa (Saia, 1978:67-83). Com a chegada do século XVIII, esse modelo se espalhou pelo planalto paulista e, posteriormente, pelas regiões de mineração, onde o afluxo de paulistas foi considerável, ainda que algumas variações pudessem ser

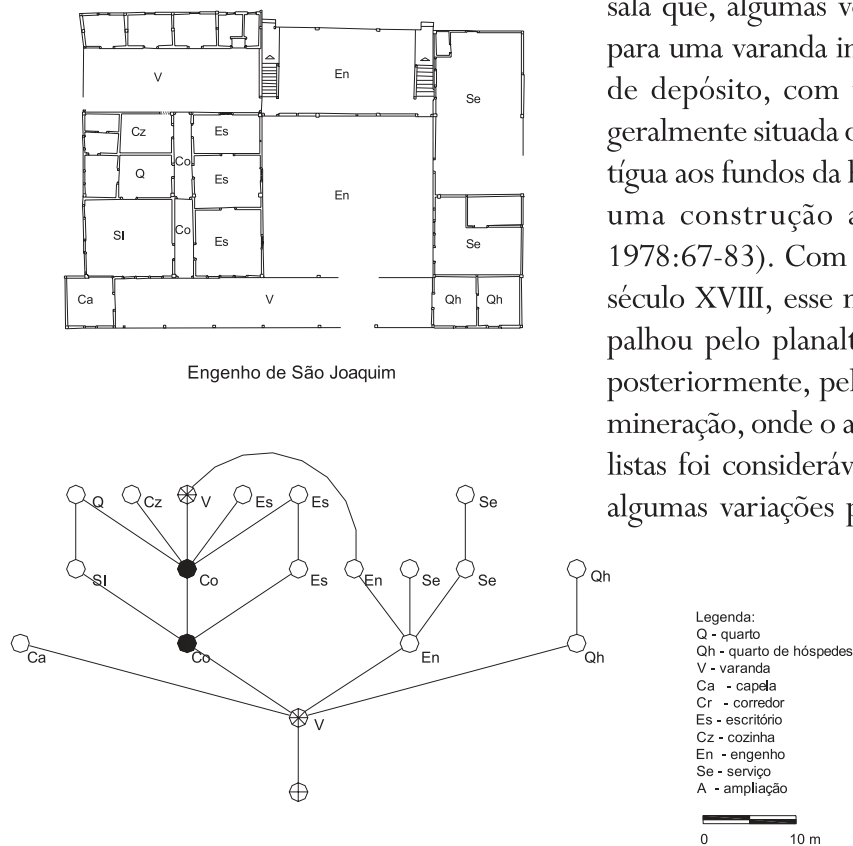


Figura 4 – Planta baixa e sintaxe do espaço do complexo funcional que formava a sede do Engenho de São Joaquim (Planta modificada do levantamento e desenho feito por Nádia Mendes).

verificadas, como em Minas Gerais e Goiás, onde os materiais e técnicas construtivas empregados apresentaram especificidades próprias (Oliveira, 2001:232; Vaz e Zárte, 2003).

Conforme pode ser observado na Figura 5, a sintaxe desse tipo de edifício apresenta-se com dois espaços distributivos muito claros: a varanda, situada na faixa fronteira e relacionada à esfera pública; e a sala de estar, em uma faixa íntima, relacionada à esfera privada. Os espaços conectados a esses dois “nós” apresentavam-

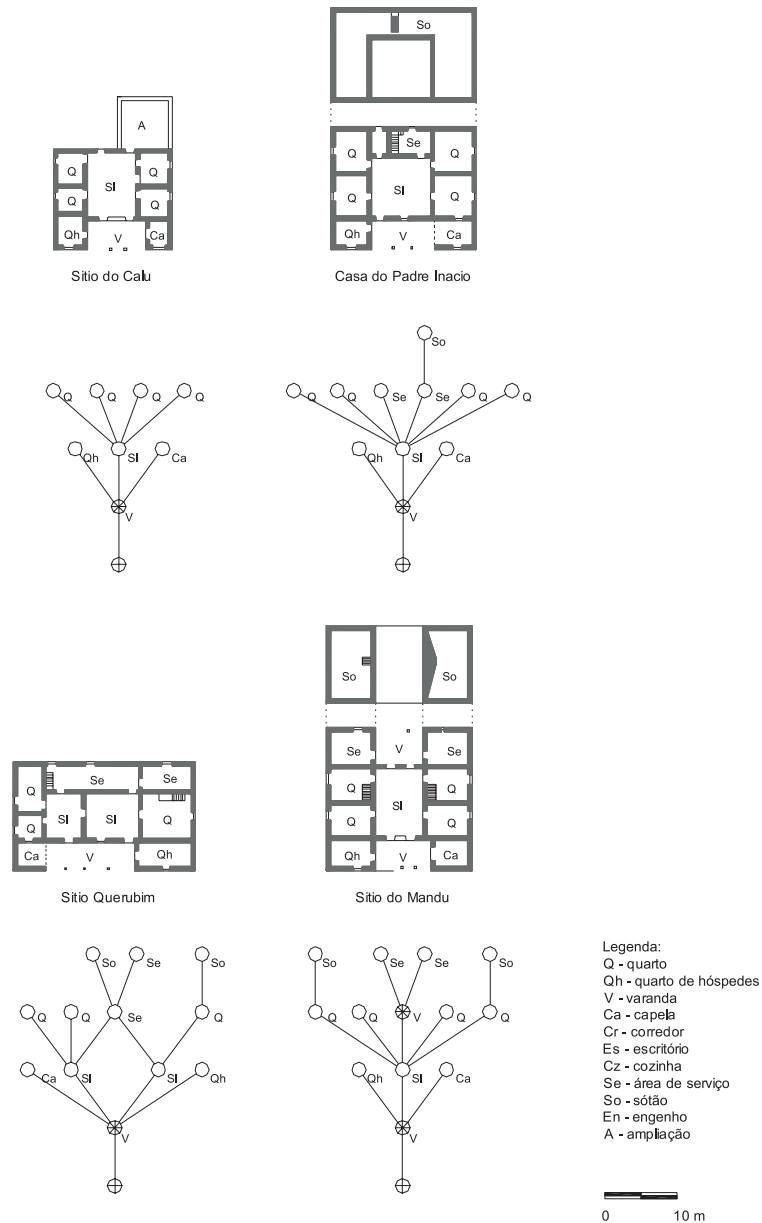


Figura 5 – Plantas e sintaxe do espaço de quatro casas bandeiristas: Sítio do Calú, séc. XVII; Casa do Padre Inácio, c. 1720; Sítio Querubim, séc. XVII; e Sítio do Mandú (fonte das plantas baixas: Saia, 1978:70,90,115,80).

se, via de regra, não distributivos e pouco integrados, com circulação bastante limitada, o que vale tanto para o quarto de hóspedes e capela, quanto para as alcovas que só raramente abriam-se para uma faixa de serviço. Tratava-se de um sistema relativamente raso e com espaços segregados.

Conforme mencionei acima, uma das características da casa bandeirista é a presença constante da uma varanda na faixa frontal da casa. Essa estrutura é costumeiramente considerada como uma solução típica da arquitetura brasileira, tendo seu desenvolvimento se dado desde os primeiros momentos da ocupação colonial portuguesa. Em seu estudo sobre a história da casa brasileira, Carlos Lemos (1989:27-28) assinalou que a varanda tinha como função precípua fazer sombra e, com isso, refrescar o interior das residências. Mas ela não se prestava só a isso. Embora, muitas vezes, análises envolvendo o meio construído costumem assumir que são as superfícies que definem as relações nele passadas e não os espaços propriamente ditos (Hillier e Hanson, 1984:3), há uma importância fundamental em se compreender os chamados “espaços transicionais” (Westman, 1991:19), uma vez que eles muitas vezes são de natureza distributiva, ordenando os encontros, bem como os acessos para setores funcionais distintos de um edifício. Tal consideração aplica-se com propriedade para o caso das varandas presentes tanto na casa bandeirista como no Engenho de São Joaquim (Figuras 4 e 5). Para avançar nessa discussão, é útil considerar o que Bakhtin definiu como “cronotopo de encontro”, um termo que ele usou para caracterizar aqueles espaços onde diferentes trajetórias individuais – muitas vezes ligadas a agentes sociais díspares – encontram-se em um único ponto espacial e temporal. Nos cronotopos de encontro, indivíduos que vivem normalmente separadamente por distâncias sociais e espaciais são colocados em contato e, a partir disso, contrastes podem surgir e diferentes destinos podem se entretecer (Bakhtin, 1981:243-244).

Tais considerações são particularmente relevantes sobretudo se considerado que a varanda não era só um lugar de frescor mas que podia envolver, efetivamente, lutas sociais. Em São Paulo, onde, aliás, havia uma boa dose de repressão em relação aos índios que viviam em um regime de escravidão (Monteiro, 1994:176), a varanda funcionava como local de vigilância, onde se fiscalizavam os trabalhos passados no terreiro (Saia, 1978:113,133), uma característica que encontra notável correspondência com o mesmo espaço encontrado no Engenho de São Joaquim, conforme se percebe na impressão colhida por Saint-Hilaire em sua passagem pelo lugar no ano de 1819. Segundo ele, “seu proprietário ficava sentado tranquilamente na varanda, mas era fácil ver que nada lhe escapava e que lhe bastava um rápido olhar para manter tudo sob controle” (Saint-Hilaire, 1975:98). A varanda era conhecida no contexto paulista do século XVII como pretório, onde o senhor – na qualidade de pretor – distribuía ordens e justiça. Era nessa “peça de receber” que o senhor entrava em contato tanto com os hóspedes e agregados quanto com seus escravos.

No mobiliário da varanda do Engenho de São Joaquim, descrito nos inventários de Alves e Costa Teixeira, percebe-se que aí se davam, realmente, muitos encontros e interação. Nele eram usadas duas mesas grandes, uma mesa pequena, quatro bancos com encosto e um banco grande sem encosto. Joaquim Alves, notabilizado pelo seu discernimento e senso de justiça, poderia usar, à exemplo do que acontecia na casa bandeirista, os encontros aí passados como centro de decisão. Interessante notar que, em uma sociedade marcada por desigualdades sociais profundas, fizesse sentido que se criassem, deliberadamente, cronotopos de encontros, onde diferentes trajetórias fossem controladas por um espaço definido, permitindo, assim, a reprodução de hierarquias e autoridade. Como em outros contextos, a construção da diferença no Engenho de São Joaquim não era feita propriamente nos lugares mas sim nos encontros por ele criados.

O caráter distributivo da varanda permitia não só disciplinar os encontros mas também fazer com que alguns deles fossem evitados, a começar pelos dois cômodos situados nas suas laterais: o quarto de hóspedes e a capela, ambos constituindo-se em espaços não distributivos, destinados a separar *insiders* e *outsiders*. No que se refere ao primeiro, deve-se considerar o bem conhecido fato de que, no universo colonial, a hospitalidade não era só um ato de generosidade mas também de extrema necessidade, uma vez que as longas distâncias a serem vencidas em viagens, muitas vezes feitas em condições precárias e por lugares insalubres, fazia com que relações de ajuda mútua se fizessem indispensáveis. A solução era sempre oferecer hospitalidade e abrigo ao estranho viajante, muitas vezes sob uma varanda ou alpendre (Souza, 1997). A criação de um quarto de hóspedes na faixa frontal, desenvolvida na casa bandeirista, foi uma solução capaz de retirar o viajante da varanda, fazendo, assim, com que encontros fossem evitados entre aqueles envolvidos com as atividades domésticas da residência e estranhos, ao mesmo tempo em que se preservava esse espaço como um local de encontros e distribuição.

Em relação à capela, deve-se considerar que o espaço religioso no Brasil podia ser altamente hierarquizado, segregando, durante as celebrações, indivíduos com diferentes *status* sociais. Chahon (1995), por exemplo, demonstrou como as Igrejas barrocas do Rio de Janeiro promoviam, por meio das suas repartições internas, a separação de indivíduos, reforçando, simbolicamente, o rígido ordenamento social que caracterizava essa cidade. Uma estratégia semelhante foi empregada nas capelas rurais das casas bandeiristas, fazendo com que, em uma escala menor, indivíduos com diferentes *status* sociais não fossem colocados em contato durante as celebrações. Para que essa segregação se efetivasse, lançava-se mão de dois expedientes: O primeiro, era o de criar uma pequena abertura na sala de estar da residência, ligando esse cômodo com a capela. Com isso, era possível aos indivíduos livres acompanhar a celebração da sala de estar. Isso foi feito na Casa do Padre Inácio e no sítio Querubim, representados na Figura 5, bem como no Engenho de São Joaquim, onde existe ainda hoje essa aber-

tura, revestida com uma treliça, um recurso de inspiração mourisca comumente usado no período colonial para vedar o interior dos recintos (Figura 6). O segundo expediente era posicionar, durante as celebrações, a escravidão na varanda, fazendo, com isso, que senhores e escravos ficassem separados e longe das vistas um do outro, gerando um não-encontro. Podia-se, assim, trazer o escravo à fé católica, sem que fosse, no entanto, necessário um compartilhamento mais estreito nas



Figura 6 – Abertura treliçada existente na divisão entre a sala de estar e capela do Engenho de São Joaquim (Fotografia: Marcos A. Torres de Souza).

práticas espirituais regulares de ambos os grupos. É interessante notar que tal prática foi continuada ao longo do século XIX, quando, por meio de novas estratégias, os escravos continuaram sendo segregados durante as celebrações. Nas fazendas de café do Vale do Paraíba, por exemplo, a segregação era muitas vezes feita por meio da criação de dois níveis na capela, situada no interior das residências, tendo um andar térreo destinado aos escravos, cujo acesso dava-se pela parte exterior do edifício, e um andar superior destinado aos senhores, cujo acesso dava-se a partir de uma das salas.

Embora a planta da casa bandeirista tenha tido uma certa longevidade, permanecendo mais ou menos inalterada ao longo do século XVII, ela passou a experimentar alterações significativas após as primeiras décadas do século XVIII, um aspecto que tem uma vinculação com sua apropriação no Engenho de São Joaquim. Em São Paulo, o colapso da economia do trigo e da escravidão indígena, seguidos por um período de empobrecimento da população (Monteiro, 1994:188-226), bem como a descoberta de ouro no interior do Brasil, forçou uma reestruturação das relações sociais em São Paulo, assim como da sua arquitetura, fazendo com que a casa bandeirista clássica sofresse modificações com o tempo (Saia, 1978:39). Onde ela teve penetração, caso, por exemplo, de Minas Gerais e Goiás, sua planta também foi transformada. Embora o uso de uma faixa fronteira composta pela varanda, capela e quarto de hóspedes continuasse gozando de alguma popularidade nas áreas rurais dessas regiões (Mello, 1985:223-225; Andrade, 2004:118), muitos rearranjos foram feitos, sobretudo nas faixas mais internas dos edifícios, cujo exemplo típico é a sede da Fazenda Boa Esperança, datada do último quarto do século XVIII e localizada em Belo Vale, Minas Gerais (Figura 7). Essa fazenda, que é contemporânea ao Engenho de São Joaquim, apresenta uma faixa fronteira típica da casa bandeirista. A sala de estar continuou também possuindo uma função distributiva importante. No entanto, alguns quartos já se constituem em espaços distributivos, o que não costumava

acontecer na casa bandeirista. Uma mudança que também se mostrou significativa com o decorrer do século XVIII foi a incorporação da estrutura de engenho propriamente dita ao edifício-sede, o que jamais ocorria na casa bandeirista. Dois exemplos dessa transformação são o Engenho de São Matias e o Engenho D'Água, ambos localizados no litoral norte paulista, onde essa tendência já vinha se mostrando com mais intensidade (Saia, 1978:42,153). Com isso, a varanda passou a ter a função de oferecer também acesso à estrutura do engenho.

No Brasil colonial, havia pelos menos duas alternativas para a colocação dos engenhos: uma, constituía-se na solução nordestina, comum desde pelo menos o século XVII, à qual o engenho era colocado a uma distância razoável da sede e em um plano, muitas vezes, inferior (ver Franz Post, “Serinhaem”, 1647, em Moura, 2000:269); e uma segunda, à qual ficava o engenho colocado em proximidade quase imediata à sede (ver Rugendas, “Engenho de Açúcar”, em Rugendas, 1979:219), muitas vezes compondo um arranjo harmônico em volta de um terreiro central, estando, naturalmente, esses dois extremos abertos a diferentes agenciamentos (Lemos, 1989:25-27; Algranti, 1997:100-101). Nesses dois casos, no entanto, havia uma separação clara entre o espaço de trabalho e o doméstico. Com a colocação do engenho integrado à residência, essas duas atividades passaram a ser desempenhadas no mesmo edifício. Essa solução, que constituiu-se em uma tendência no litoral do sudeste durante as últimas décadas do século XVIII, foi importada por Joaquim Alves para Goiás, o que deve ter causado alguma estranheza a muitos habitantes da região, onde a norma era a de colocar essa estrutura em um edifício anexo, geralmente em torno de um terreiro (Branco citada em Oliveira, 2001:86). Por meio dessa medida, havia a preocupação clara em tornar os engenhos unidades produtivas por excelência, bem como aumentar as possibilidades de vigilância do trabalho escravo e de controle de eficiência produtiva. É interessante notar que, enquanto nos engenhos D'Água e de São Matias a estrutura de engenho fizesse parte do mesmo complexo que o da residência, ela estabeleceu-se em um corpo distinto do edifício, ao passo que, no Engenho de São Joaquim, a estrutura de engenho se situava no mesmo corpo que o da residência, permitindo que, com isso, as possibilidades de controle fossem maximizadas, um fato que não fugiu à percepção de Saint-Hilaire (1975:98): “O engenho de açúcar, conjugado à casa, fôra construído de maneira que, da sala de jantar [varanda de dentro], pudesse ser visto o trabalho que se fazia junto às caldeiras, e da varanda [de fora], o que se passava no moinho de cana”.

No edifício-sede de São Joaquim, além da faixa fronteira e da estrutura do engenho, situavam-se dois outros conjuntos formados pelos escritórios e área doméstica, separados por um corredor (Figura 4). As atribuições desses dois espaços no século XIX são possíveis de ser apreendidas por meio da tradição oral (Lopes, 2005; Telma Lopes Machado, comunicação pessoal, 12/11/2007), bem como por meio do inventário de Costa Teixeira (1964, maço 14, no. 367; ACFP), que descre-

veu o mobiliário existente no engenho cômodo a cômodo. Naqueles usados como escritório, foram descritos muitos armários e mesas, bem como algumas caixas, baús, quadros, uma cômoda e uma marmita. Já no espaço doméstico, caracteristicamente austero, foi descrito para a sala de estar uma cômoda, dois canapés, duas

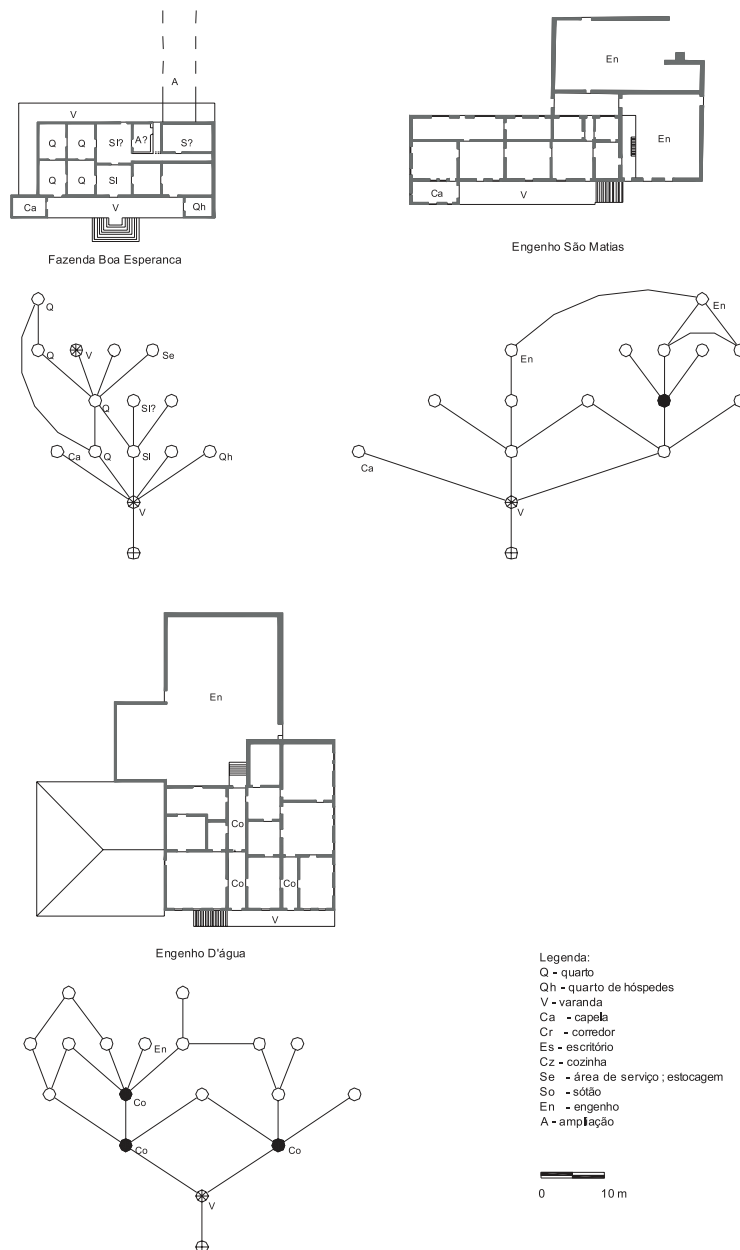


Figura 7 – Plantas e sintaxe do espaço de três engenhos: Fazenda Boa Esperança, Minas Gerais, último quarto do séc. XVIII; Engenho São Matias, litoral norte de São Paulo; Engenho D'Água, litoral norte de São Paulo, meados do séc. XVIII (fonte das plantas baixas: Saia, 1978:157, 152; Mello, 1985:231).

caixas e um banco. Nas alcovas haviam camas de lona e catres. Havia ainda uma copa, também trazida para o corpo do edifício, contando com mesas e armários, seguida pela varanda de fora, que também se constituía em uma sala de jantar, onde figuravam mesas grandes e pequenas, e bancos, alguns com encosto, outros sem.

O arranjo desses dois espaços no Engenho de São Joaquim foi influenciado por um modelo regional de construção do ambiente doméstico. Em Goiás, a casa era geralmente composta por três faixas térreas: sala, quartos e varanda, com sua área de serviço, seguindo de dois tipos de arranjo interior. Um deles organizava-se a partir de um corredor lateral, com a sala aparecendo em um primeiro plano; em seguida os quartos e, ao fundo, a varanda, destinada ao convívio doméstico e ocupada mais freqüentemente pela mulher. O segundo, usado pelas famílias mais numerosas ou de maiores posses, representava, basicamente, uma duplicação da planta, passando o corredor a uma posição central, com a distribuição dos cômodos seguindo o mesmo esquema (Coelho, 1997:191-199). Esse modelo foi transposto para o Engenho de São Joaquim com pelo menos uma adaptação relevante. Nesse caso, duas esferas distintas foram separadas de forma muito evidente: a residencial, ligada ao cotidiano doméstico dos homens e mulheres livres que habitavam o lugar, e outra, ligada ao cotidiano de trabalho apenas dos homens livres, uma associação que não se baseava só em diferenças de atividade, mas também em clivagens de gênero, na medida em que, durante os séculos XVIII e XIX, o espaço doméstico ligava-se essencialmente à mulher, enquanto o espaço de trabalho ligava-se aos homens. Nessa discussão, deve-se notar que os quartos – tanto do Engenho de São Joaquim quanto dos demais engenhos aqui considerados – eram espaços profundos, estando separados por muitos nós a partir do acesso, possuindo um nível de segregação maior, o que se associava à reclusão feminina, comum naquele período, sobretudo em Goiás (Souza, 2000:70-80). Fronteirizando esses dois domínios e servindo como um espaço distributivo, havia um corredor que era ordinariamente empregado nas construções da região, ao contrário do que acontecia em Minas Gerais, onde ele não era freqüentemente usado (Oliveira, 2001:168). Esse espaço era capaz de gerar um maior encadeamento entre “nós” de um sistema – denominado por Hillier e Hanson de *ringness* – o que efetivamente aconteceu no Engenho de São Joaquim. Com isso, podia-se criar maior controle e segregação nesse setor do edifício, acentuando o afastamento das áreas mais internas da residência. Por meio do emprego de duas portas colocadas à sua entrada e na sua metade, o corredor oferecia ainda um nível crescente de intimidade na medida em que nele se avançava. Esse corredor apresentava duas terminações: uma na varanda de dentro e outra na varanda de fora. Assim, ao mesmo tempo em que ele fronteirizava as esferas domésticas e do trabalho livre, prestava-se a dois diferentes tipos de encontro: na sua faixa interna, conduzia os livres ao convívio privado e, na sua faixa externa, conduzia os livres para encontros no espaço público, comum a todos: livres, escravos e visitantes.

O complexo formado pela acumulação de diferentes funções no mesmo edifício do Engenho de São Joaquim não significou, de modo algum, que espaços simétricos tivessem sido criados. Na verdade, esse edifício montou-se de modo a permitir que assimetrias sociais fossem reforçadas. Ao se comparar a sintaxe do espaço do Engenho de São Joaquim com o das casas bandeiristas e das unidades rurais de períodos posteriores aqui examinadas (Figuras 4, 5 e 7), isso torna-se bastante evidente. Nesse conjunto, o Engenho de São Joaquim é o que apresenta com mais definição uma relação entre o encadeamentos de “nós” e unidades funcionais diferentes, com distribuições feitas, principalmente, pela varanda de fora e pelo corredor. Criou-se, com esse esquema, segregação entre moradores e visitantes, livres e escravos, homens e mulheres. Usando uma expressão de Hillier e Hanson (1984:140), esse edifício era localmente concentrado, mas globalmente segregado, o que era devido, sobretudo, a uma crescente hierarquização dos espaços internos, o que o aproxima bastante das edificações modernas (ver, por exemplo, o caso de Buenos Aires em Zarankin, 1997:27-32).

Ao discutir a paisagem social na Virgínia do século XVIII, Dell Upton (1988) demonstrou que existia uma relação íntima entre a construção da paisagem por escravos e livres, e as diferentes formas como a paisagem era interpretada por esses agentes. Para isso, ele baseou-se na idéia – aqui também assumida – de que as percepções da paisagem mudam de acordo com a posição e orientação do corpo, ficando o significado dos espaços na dependência dos nossos movimentos e de em que parte estamos. Assim como em *plantations* da Virgínia, o proprietário do Engenho de São Joaquim podia, à medida que avançava nos espaços da casa, passar da posição de senhor-entre-seus-escravos para senhor-entre-seus-pares e daí para senhor-entre-seus-familiares, reformulando, constantemente seu *status* e identidade social. Em movimentos de fora para dentro, indivíduos se deslocam em direção a novos domínios de conhecimento social, uma vez que em cada espaço existe um modo de experiência organizacional e maneiras diferentes de se representar idiosincrasias e identidade cultural (Hillier e Hanson, 1984:145). Nesse sentido, a paisagem nunca é completa ou “acabada”, estando em permanente construção, tornada a efeito apenas por meio da orientação do corpo e dos ciclos de vida cotidianos, sempre ligados a grupos sociais particulares. Em outras palavras, são as ações e movimentos criados pelas atividades corriqueiras do cotidiano e passadas em espaços específicos – os *taskplaces* – que, efetivamente, revestem a paisagem de sentidos. No Engenho de São Joaquim, esses espaços envolviam relações absolutamente assimétricas, o que podia incluir encontros na varanda entre agentes sociais díspares, o trabalho dos homens livres no escritório, as atividades desempenhadas pelo escravo no processamento e beneficiamento da cana-de-açúcar no engenho, o cotidiano das mulheres em seu espaço recluso, e assim por diante.

O cotidiano envolve não só relações locais, mas também diferentes temporalidades que são, muitas vezes, segmentadas, abrangendo diferentes episódios, tornando-se, assim, independentes e auto-suficientes (Bakhtin, 1978:128), o que também influencia na construção de sentidos relacionados à paisagem. Tendo isso em vista, pode-se identificar no Engenho de São Joaquim uma primeira relação espaço-tempo de interesse, constituindo-se em um *cronotopo cíclico*. Esse tipo de cronotopo envolve as diferentes atividades relacionadas com locações e tempos específicos e que atuam na elaboração dos espaços. Assim, as atividades realizadas no edifício-sede pelos escravos vinculavam-se a temporalidades que incluíam as jornadas de trabalho nas moendas e caldeiras, as pausas para alimentação etc. Já no âmbito doméstico, estavam envolvidas atividades que davam uma outra pulsação ao tempo, auxiliando na criação de uma paisagem diversa. Essas atividades podiam incluir os ciclos da natureza ligados aos animais e plantas da horta, o tempo de cozedura dos alimentos e das refeições, o tempo de leitura e lazer, o tempo da cesta, e assim por diante.

Ao atuar também na construção da paisagem, as diferentes temporalidades são, como o espaço, susceptíveis de manipulação, o que é particularmente válido para o mundo moderno, onde a emergência do capitalismo esteve vinculada a um esforço de mensurar e sincronizar o tempo com vistas a controlar as forças de trabalho (Thompson, 1967). No inventário de Alves, consta que ele possuía na casa da cidade, doze quadros com as estações do ano. Há ainda a tradição – não comprovada – de que seu sobrado na cidade contava com 312 janelas, uma para cada época do ano (Jayme, 1943:68), sugerindo seu interesse pelos ritmos da natureza e do tempo. Constam tanto no inventário de Alves quanto no de Costa Teixeira, relógios de bolso e de parede (inclusive no engenho), o que lhes permitia sincronizar e controlar as atividades desempenhadas pelos seus escravos. Em relação à força de trabalho, é interessante notar ainda que Alves se preocupou em separar os domingos para os escravos cultivarem suas próprias roças, uma prática comum entre alguns senhores e que sugere, igualmente, uma intenção em criar, com algum rigor, uma disciplina do tempo na sua propriedade.

Entre os remanescentes existentes no Engenho de São Joaquim, há evidências mais diretas de que foram utilizadas estratégias dessa ordem. Em uma lateral da varanda do engenho, por exemplo, existem ainda hoje dois sinos (Figura 8) que podiam servir tanto para marcar certos eventos – uma missa na capela ou a chegada de visitantes – como para regular as jornadas de trabalho. Um desses sinos apresenta dois selos. Um deles tem a inscrição “Premio recebido na exposição universal de 1861”; o outro apresenta a figura de Pedro II, ladeada pela inscrição “Dom Pedro II Imperador do Brasil”. Importante notar que as exposições nacionais foram organizadas com o intuito de trazer a revolução industrial para o Brasil. Lideradas pelo próprio Imperador – um homem das artes e das ciências – as exposições nacionais engendraram nas elites brasileiras ideais de progresso e civilização (Schwartz,

1998:385-407). Nesse contexto, nada mais apropriado do que premiar os concorrentes das exposições com uma metáfora da ordenação racional do tempo, o que, como assinaléi acima, constituía-se em um atributo imprescindível para o controle das forças de trabalho na lógica capitalista.

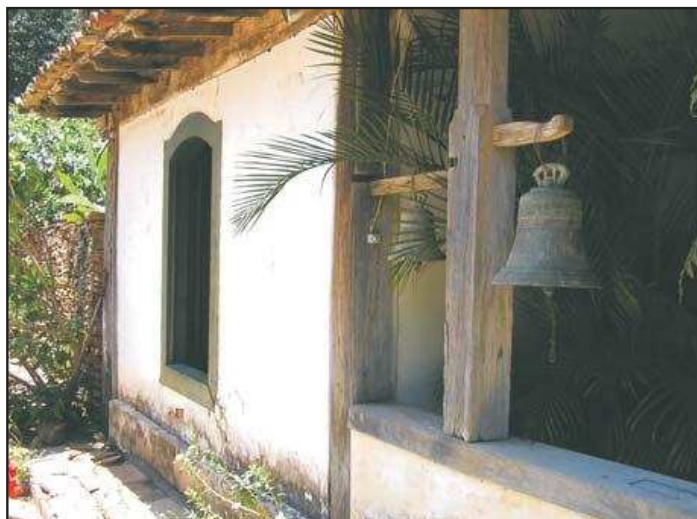


Figura 8 – Sinos existentes no Engenho de São Joaquim (atual Fazenda Babilônia). O que se avista no primeiro plano foi recebido como prêmio na Exposição Nacional de 1861 (Fotografia: Marcos A. Torres de Souza).

Na paisagem do Engenho de São Joaquim, um elemento distinto ainda se destaca no que se refere às temporalidades, o que pode se denominar de *cronotopos históricos*. A fachada do edifício-sede remetia-se, aos olhos do visitante ou estranho, a uma temporalidade anterior à sua, uma vez que se vinculava à casa bandeirista, cuja concepção era pelo menos 150 anos mais antiga que o engenho. Por outro lado, o edifício, na sua faixa posterior, constituía-se em um desenvolvimento bastante avançado para sua época – se comparado ao modelo comumente usado no Brasil Central e na região sudeste –, apresentando uma rígida assimetria dos espaços internos e possibilidade de otimização do controle da força produtiva. Na discussão acerca dos cronotopos, a apropriação dessas diferentes temporalidades pode ser entendida dentro do que Bathkin (1981:114) chamou de metamorfoses ou seqüências temporais, que ocorrem quando o tempo é “quebrado” em segmentos isolados e auto-suficientes, arranjados mecanicamente no espaço-tempo por meio de seqüências ou encadeamentos.

Essas duas temporalidades, criadas no mesmo edifício, revelavam uma transição da varanda para a faixa interior do edifício. Enquanto, na fachada da casa bandeirista, essa transição representava uma passagem do público para o privado, que era íntimo e segregado, no Engenho de São Joaquim essa transição representava a passagem

para diferentes domínios de ação, conhecimento e temporalidades cotidianas, não só relacionados à esfera doméstica, mas também ao trabalho livre e escravo. A incorporação de uma tradição antiga a um edifício que apresentou uma série de idéias inovadoras podia ligar-se ao caráter austero e conservador de Alves. Podia relacionar-se também a um desejo de negar a esse edifício coevidade em relação ao tempo de Goiás que, na virada do século XVIII, vivia um declínio inexorável da atividade mineratória, o que era considerado por Alves como a razão da província de Goiás encontrar-se atolada economicamente (Saint-Hilaire, 1975:101). Conforme assinou Lowenthal (1975:21,31), a rejeição ou repressão de uma história pessoal na paisagem pode, muitas vezes, inspirar um intenso interesse em um passado mais remoto, que pode se apresentar como uma referência mais maleável e agradável do que o presente. Ao aliar o remoto e o inovador, Alves podia assim, negar a esse edifício coevidade em relação ao contexto minerador e ao tempo de Goiás. Ao incorporar o antigo na sua fachada, esse edifício criava ainda um sentimento de conforto e estabilidade aos seus ocupantes. Ao tomar consciência de que as estruturas são duráveis, os indivíduos tendem a se sentir enraizados em seu lugar, o que pode propiciar um senso de continuidade e identidade duradoura (Lowenthal, 1975:8-9), que podia não só constituir-se em uma fonte de conforto para os indivíduos livres que viviam no lugar, mas também gerar, nos escravos do engenho, uma noção maior de pertencimento, o que se constituía em uma das preocupações de Alves em relação aos seus escravos (Saint-Hilaire, 1975:98).

Se examinado na sua totalidade, o complexo funcional que compunha o edifício-sede apresenta elementos importantes da visão de mundo de Alves que, conforme visto anteriormente, foi bastante influenciada pelo iluminismo. De modo geral, procurou-se adotar nesse edifício uma ordenação racional dos espaços e encontros. A sintaxe encontrada nessa construção apresentava um grau mais acentuado de segregação funcional, se comparada a outras do seu tempo. Na lógica de Alves, esse esquema baseava-se, provavelmente, na percepção de que cada atividade humana possui uma lógica natural a ela inerente. Interessava-lhe que o trabalho realizado no engenho fosse orientado pela lógica e razão, um princípio aplicado de forma muito clara no controle do trabalho, bem como na vigilância dos escravos, uma preocupação acentuada de Alves, o que se devia não só à sua rígida educação jesuítica, cuja ênfase recaiu, provavelmente, na construção de um espírito metódico e organizado, mas também no uso de uma lógica iluminista, preocupada com a obediência à ordem e às normas. Em sua análise sobre a disciplina no mundo moderno, Foucault (1975) demonstrou como tais atitudes estiveram relacionadas à emergência de novas estruturas de poder. Ele assinalou que, no século XVIII, a brutalidade física na sociedade foi substituída, como medida disciplinar, por uma – não menos perversa – supervisão das atividades cotidianas, criando-se, assim, novas estratégias de dominação, baseadas, agora, no uso racional do poder. Com isso, empregava-se não mais a coerção

física como forma de controle, mas poder e conhecimento, colocados a serviço da construção e reforço das diferenças sociais. Ao que parece, o emprego desse tipo de estratégia no Engenho de São Joaquim deu resultado, conforme se depreende da descrição de Saint-Hilaire (1975:98):

A casa fora organizada desde o princípio com tamanha perfeição que o seu proprietário já não tinha, por assim dizer, necessidade de dar nenhuma ordem. Cada um sabia o que tinha de fazer e tratava de se colocar no seu posto de trabalho por sua própria conta. Para se fazer entender, bastava ao dono, se quisesse, dizer apenas uma palavra ou fazer um simples gesto. No meio de uma centena de escravos não se ouviam ordens gritadas nem se viam homens apressados andando de um lado para o outro, apenas aparentando grande atividade, mas na verdade sem saberem o que fazer. Em toda a parte reinavam o silêncio, a ordem e uma tranquilidade que se harmonizava perfeitamente com o que a natureza costuma oferecer naqueles climas amenos.

No espaço social do engenho, essa lógica foi aplicada não só no edifício-sede, mas também nas senzalas que apresentavam, igualmente, uma série de inovações. Em sua passagem por Goiás, o naturalista austríaco Johann Pohl (1976) mencionou a existência, na região, de senzalas descritas usualmente como “cabanas”. Esse tipo de senzala era o mais comumente encontrado no Brasil (Symanski e Souza, no prelo), constituindo-se em um pequeno edifício retangular com um ou dois cômodos, paredes de pau-a-pique e cobertura de palha (Rugendas, 1979:211). Embora recorrente nas descrições de engenhos feitas por Pohl, não foi esse o modelo que ele encontrou na sua passagem por São Joaquim. Na sua descrição, as senzalas dessa propriedade formavam uma única “divisão” (Pohl, 1976:289). Em sua passagem por esse engenho, Saint-Hilaire (1975:98) ofereceu mais detalhes sobre esse conjunto: “esses alojamentos eram cobertos de telhas e divididos em cubículos por paredes até certa altura”, diferenciando-se, portanto, das cabanas.

As pesquisas arqueológicas realizadas na área das senzalas de São Joaquim, hoje totalmente destruídas, constataram aquilo que foi descrito pelos viajantes no século XIX e pela tradição oral. Ao levantar dados sobre essas senzalas, Costa (1978:68) colheu entre aqueles que conheceram suas ruínas na primeira metade do século XX, informações quanto à sua localização e feição. Tendo como ponto de partida esse dado, realizei 133 tradagens com uma cavadeira boca-de-lobo nessa área por meio de um esquema de amostragem sistemático geométrico (Redman 1974). Após a quantificação desses dados, foi gerado um mapa de distribuição de artefatos referente aos materiais construtivos (ver acerca desse método, Souza e Symanski, 1996), revelando que as informações dadas pelos informantes coincidiam com a localização da antiga senzala, que formava um “L” invertido em dois lados do terreiro (Figura 9). A parte mais alongada do edifício possuía cerca de 150 metros de comprimento, enquanto a menor, cerca de 45 metros. Escavações posteriores realizadas em dife-

rentes seções do interior das senzalas revelou a existência de alicerces, indicando que o edifício possuía a profundidade de cinco metros, não tendo sido identificadas, todavia, evidências de divisão interna, que eram feitas, possivelmente de madeira, tabique ou outro método que não deixou assinatura arqueológica.

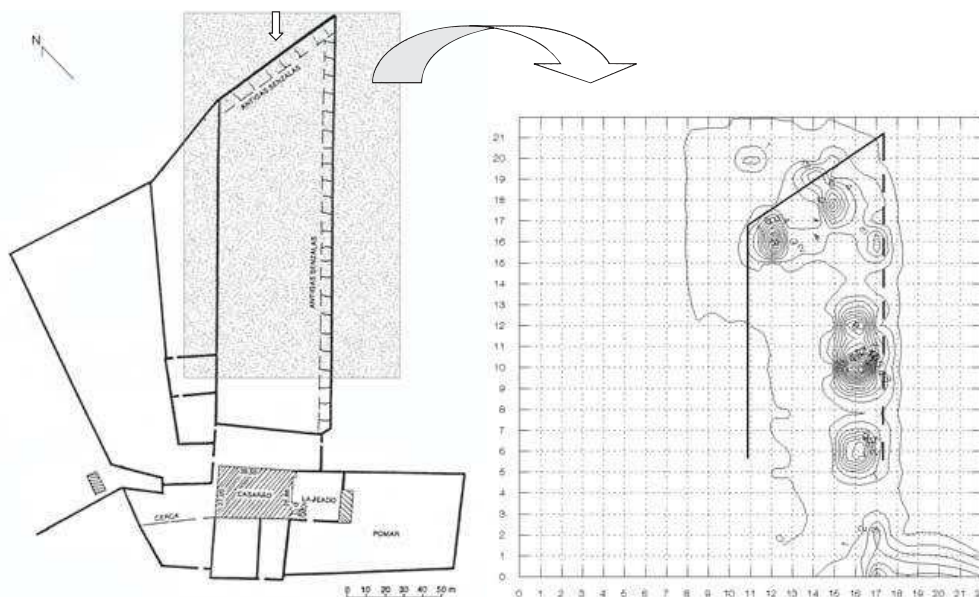


Figura 9 – À esquerda, Planta baixa do Engenho de São Joaquim realizada em 1978 por Sebastião Nogerol, mostrando a localização das antigas senzalas em relação à sede, conforme descritas por informantes (falta nessa planta a indicação do antigo local de acesso ao engenho, aqui assinalado pela seta pequena na parte superior da figura); à direita, mapa distribucional dos materiais construtivos; notar que as áreas de maior concentração desses materiais coincide com a área das senzalas descrita por informantes (Figura da esquerda: modificada de Costa, 1978:68; figura da direita: gerada no programa Systat 5.0).

Esse tipo de senzala é conhecido como “pavilhão” (Figura 10), constituindo-se em um modelo que viria a se popularizar na região sudeste a partir da década de 1830 (Slenes, 1999:150-152). Esse edifício geralmente abrigava escravos casados, enquanto alojamentos menores eram usados para os solteiros, o que também foi o caso das senzalas do Engenho de São Joaquim, às quais possuíam uma divisão para os escravos casados e outra para os solteiros (Pohl, 1976:289). Enquanto a litografia feita por Victor Frond (Figura 10) retrata de maneira aproximada o formato de pavilhão desse tipo de edifício, haviam algumas variações tipológicas na sua configuração, como, por exemplo, o emprego de janelas frontais, o que parece ter sido o caso do Engenho de São Joaquim. Segundo a senhora Ita Pereira Lopes, mãe da atual proprietária, senhora Telma Lopes Machado (comunicação pessoal, 12/11/2007), havia janelas nesse edifício alternando-se às portas, servindo, provavelmente, para a ventilação e iluminação interna de cada cubículo.

Como solução, esse modelo de senzala criava algumas importantes situações na forma de morar escrava, bastante implicadas com os princípios do iluminismo. A idéia dos próprios senhores de determinar as características das senzalas e designar aos escravos seu espaço de moradia traduzia, na perspectiva “das luzes”,



Figura 10 – “Cases à nègres”, Victor Frond, fotografia litografada, região sudeste, 1859-1861 (Fonte: Moura, 2000:651).

uma preocupação com o bem-estar daqueles que eram por eles dirigidos. A partir, sobretudo, das idéias de Voltaire, considerava-se que, por meio da construção de um sistema de valores baseado no bem-estar das comunidades, era possível se fugir da “anarquia moral”. Na sua doutrina, Voltaire postulava que aqueles que não tinham contato com a sociedade ilustrada e nem acesso aos progressos da razão deviam ser dirigidos e conduzidos ao pensamento das luzes, daí a necessidade de oferecer uma ação tutelar para os desfavorecidos (Hampson, 1968:123-124;160). Esse parece ter sido o caso de Alves, que possuía, ao que tudo indica, uma preocupação genuína em oferecer bem-estar aos seus escravos, conduzindo-os dentro de uma conduta humanitária. Segundo Pohl (1876:289), ele costumava tratar seus escravos “com largueza”. De acordo ainda com outras crônicas (D’Alincourt, 1953:90-91; Saint-Hilaire, 975:98-100), ele incentivava os casamentos entre escravos e após sua união, oferecia-lhes sua própria casa. Mantinha-os bem alimentados e vestidos, procurava evitar que adoecessem, dispensava dos trabalhos as mães com crianças pequenas e oferecia uma série de incentivos para que eles desenvolvessem, nas horas vagas, atividades agrícolas e comerciais em seu próprio benefício. Ainda que devamos ser cautelosos quanto à eficácia dessas medidas, sua menção, pelos cronistas, para o caso do Engenho de São Joaquim sugere que Alves estava dispensando certos cuidados aos seus escravos que não eram comumente seguidos por outros senhores naquele contexto.

Embora se possa considerar esse interesse humanitário como autêntico, deve-se ter em mente que ele trazia uma série de conveniências ao seu senhor, bem como a manutenção eficiente de uma força de trabalho compulsório, o que se constitui em um traço contraditório, porém inerente ao tipo de escravismo seguido por Alves. Em primeiro, essa atitude favorecia o crescimento vegetativo do plantel, fazendo com que, a longo prazo, fosse dispensada a compra de novos escravos de forma mais extensiva, o que se constitui em um aspecto importante de se considerar no contex-

to da primeira metade do século XIX, período no qual rondava a ameaça de supressão definitiva do tráfico escravo para o Brasil, o que viria a se consolidar em 1880. Em segundo, ela permitia o aumento do controle em relação às ações das comunidades escravas. No caso da construção das senzalas-pavilhão, as possibilidades de agência fugiam inteiramente ao controle dos escravos, uma vez que cabia aos senhores as decisões envolvendo a implantação do edifício, suas atribuições funcionais e os materiais construtivos nele empregados. Esse controle era expresso ainda pelo uso do edifício, que tinha uma feição alongada e fechada em torno de um terreiro, encapsulando os acessos e circulação entre as diferentes moradias, tornando, com isso, mais efetiva a supervisão do senhor, que passava a ter um amplo domínio visual a partir da varanda do edifício-sede, que funcionava como um eficiente posto de observação. Nas senzalas-cabana, a situação podia ser diferente, uma vez que os escravos podiam, em determinadas circunstâncias, usar o arranjo desses edifícios e sua implantação para se livrar da vigilância constante, tal como aconteceu em *Seville Plantation*, Jamaica, onde, na virada do século XVIII, os escravos criaram um arranjo residencial que lhes permitia fugir do controle visual dos senhores, obtendo, assim, uma maior privacidade (Armstrong e Kelly, 2000:383-390).

Noções de regularidade e simetria, estabelecidos dentro de um planejamento formal, foram uma importante regra iluminista, tendo sido aplicadas, inclusive, em Goiás do século XVIII (Delson, 1976, 1997; Delson e Dickelson, 1984; Bertran, 1997:58-59), ainda que prevalecesse, na arquitetura vernacular, o uso de tradições mais antigas (Souza, 2000:119-126). Tais princípios foram efetivamente empregados nas senzalas do Engenho de São Joaquim, o que não escapou à percepção do português D'Alincourt (1953:91), que destacou a simetria desse edifício na sua crônica.

Ao discutir a influência da arquitetura militar espanhola na Patagônia, Senatore (2002) chamou a atenção para um aspecto importante relacionado à questão da simetria nas edificações influenciadas pelo pensamento iluminista. Na sua análise, ela identificou nos pavilhões construídos para a moradia dos colonos, edificados de forma regular e simétrica em um forte, uma intenção da Coroa espanhola em criar uma base de igualdade para as famílias que aí viveram. Esse princípio, recorrente no ideário iluminista, serviu também, muito possivelmente, para orientar a construção das senzalas do Engenho de São Joaquim, o que pode ser melhor analisado considerando-se a sintaxe do espaço das senzalas (Figura 11). Opondo-se inteiramente ao que acontecia na sede, esse edifício apresentava-se não distributivo e raso. Em termos práticos, isso significava que esses espaços não eram hierarquizados, tal como acontecia na sede, possuindo uma solidariedade orgânica. Com isso, destinavam-se, ao menos em sua concepção, a gerar um sentimento de igualdade entre seus ocupantes. Isso era ainda favorecido pela criação, nesse edifício, de temporalidades equidistantes. Ao passo que o edifício-sede vinculava-se a cronotopos com diferentes temporalidades cotidianas, as senzalas possuíam sincronia, ditadas pelo tempo do

trabalho, no qual os escravos encontravam-se ausentes de casa; e pelo tempo doméstico, no qual todos deviam comer, interagir e repousar simultaneamente, ditados pelas rotinas estabelecidas pelo senhor.

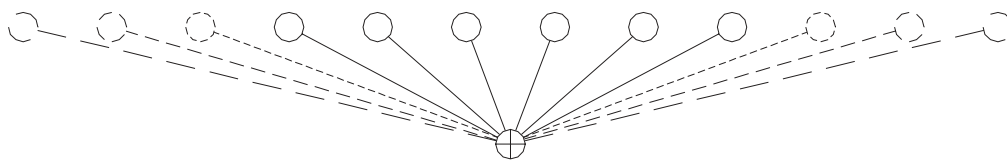


Figura 11 – Sintaxe do espaço das senzalas do engenho de São Joaquim. Uma vez que se desconhece o número preciso dos cubículos aí existentes, apenas um número reduzido deles foi hipoteticamente representado.

A idéia de igualdade aplicada à concepção das senzalas-pavilhão tinha, a exemplo do edifício-sede, uma certa utilidade prática. Ao procurar infundir um sentimento de igualdade, Alves exercia maior domínio sobre as temporalidades do cotidiano escravo. Podia evitar também uma série de problemas ligados à criação de diferenças internas entre eles. Entre suas preocupações estava, por exemplo, prevenir brigas e ciúmes, daí, inclusive, a medida de separar os solteiros dos casados (Saint-Hilaire, 1975:100). Na concepção iluminista, a construção de casas simétricas podia aumentar significativamente a eficácia das medidas para prevenir problemas dessa ordem. Era esse o juízo de muitos “homens das luzes”, entre os quais, Machado Monteiro, um ouvidor português. Para ele, os índios sob a administração colonial em Porto Seguro deviam possuir casas simétricas e idênticas, contando com o mesmo número de portas e janelas, bem como quintais padronizados, o que poderia eliminar a inveja entre eles. Se tais medidas não fossem adotadas, afirmava Machado, tais comunidades poderiam se deteriorar ou mesmo chegar ao caos (Delson, 1976:44).

Para os índios e escravos administrados sob tal ótica, medidas como essa tinham, naturalmente, um caráter opressor, mas isso não invalidava a criação de alternativas que rompessem ou mesmo desafiassem essa lógica. No contexto do Engenho de São Joaquim, os escravos podiam criar seus próprios sistemas de encontros, indo além dos cronotopos estabelecidos pelo seu senhor. Esses cronotopos podiam ser criados nos terreiros, nas roças, em lugares escondidos ou mesmo no interior dos cubículos, agenciando-se novos espaços de acordo com as circunstâncias. Outras temporalidades e espaços podiam, então, ser inventados.

Para Alves, interessava uma atitude mais humanitária em relação aos seus escravos, um clamor que estava se tornando cada vez mais crescente entre aqueles que se dedicaram a discutir a escravidão na América portuguesa (Marquese, 2004:178-192). Interessava-lhe também que a capacidade produtiva do seu engenho fosse otimizada ao máximo, sem maiores problemas ou percalços com seus escravos. Suas

idéias e visão de mundo determinaram, em larga medida, o espaço social no Engenho de São Joaquim, incluindo essa estranha contradição, que contrapunha um ideal humanitário a estratégias bem pensadas de controle e dominação da vida dos indivíduos escravizados.

Como outros “iluminados” do seu tempo, Alves acreditava não só que o bem-estar deveria ser acessível a todos, mas também que o poder dos déspotas devia ser suprimido. Acreditava que a liberdade era inerente ao homem. Publicava a *Matutina*, em 1831: “envergonhai-vos ó déspotas: vêde, que homens só são homens quando são livres. Correi-vos ó escravos: correi-vos, povos, que sofreis sem estrebuchar as algemas da tyrannia” (*Matutina Meiapontense*, 05/03/1831; No. 146, p. 4). Em outro momento, a *Matutina* defendia ainda com mais ênfase esse princípio (*Matutina Meiapontense*, 20/11/1833; No. 491, p. 4):

O homem nasceo livre, porque he um ente moral. Sob qualquer latitude que respire, sob qualquer domínio em que a sorte o tenha feito cahir, os seus vottos mais queridos são pela liberdade. Consultai o índio, curvado sob o julgo do ávido europeu; consultai o árabe que escapa á tyrannia (...) interrogai o negro affricano, antes de arrancar-o ás suas áreas abrazadoras; interrogai o mundo inteiro: não ouvireis senão hum gritto – liberdade! Segundo o grau de desenvolvimento das faculdades intellectuais e Moraes do homem, ambiciona ele mais ou menos liberdade; resiste mais ou menos ao despotismo; todavia, o espírito humano he progressivo, tende sem cessar a perfeição, e a liberdade he a mesma que aspira, e aonde chega afinal.

Alguns dias depois, continuava o jornal no mesmo tom (*Matutina Meiapontense*, 21/12/1833; No. 500, p. 4):

No dia, em que o homem livre se faz escravo, elle perde a metade de sua alma, e de suas virtudes primarias. Pelo contrario, no dia em que o escravo se faz homem livre, elle sente redobrar-se lhe a potencia do seu ser, dilatando-lhe a alma, tornando se capaz das mais nobres virtudes.

Apesar de divulgar um ideal humanitário e libertador em seu jornal, Alves era um dos maiores escravocratas de Goiás. Ele não só possuía um grande plantel em seu engenho e na cidade, como também era um importante importador de escravos de Meia Ponte na primeira metade do século XIX (D’Alincourt, 1953:91). Embora seu jornal fosse capaz de vislumbrar o sentimento de um escravo ao tornar-se livre, ele não alforriou um sequer em seu testamento (Inventário de Joaquim Alves de Oliveira, 1854, maço 14, no. 266; ACFP). Alves acreditava no direito à liberdade, mas não era um antiescravista. Não só sua vida pessoal tinha contradições, mas também sua visão do escravismo. Essa situação não tinha Alves como caso exclusivo. Foi, na verdade, comum a outros escravocratas do seu tempo, o que se constituiu, talvez, em um dos maiores paradoxos do iluminismo das Américas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar os princípios que nortearam a escravidão nas Américas, Marquese (2004) demonstrou que sua feição ao longo do tempo transformou-se, em boa parte, devido à propagação de diferentes concepções filosóficas, políticas e econômicas, incluindo aquelas derivadas do iluminismo, cujas idéias serviram para orientar o tratamento que seria dispensado aos escravos no Brasil a partir da virada do século XVIII. A penetração das concepções iluministas fez com que alguns senhores voltassem seus esforços para um conjunto de medidas destinadas à escravaria, entre as quais: oferecer melhores condições de saúde, moradia, alimentação e vestuário; assumir uma postura mais branda em relação às punições; estimular os casamentos e crescimento vegetativo; e oferecer oportunidades para os escravos possuírem suas próprias roças e gerar, ainda que em pequena escala, alguns proventos econômicos para benefício próprio (Marquese, 2004:173-192). Alves adotou todas elas.

Esse modelo de escravidão era totalmente estranho em Goiás, onde tais posturas não costumavam ser adotadas. Também na região sudeste, onde, ao contrário de Goiás, a escravidão continuou sendo praticada em grandes proporções ao longo do século XIX, esse modelo só viria a ser adotado de forma mais extensiva a partir da década de 1830, com a expansão das fazendas de café no vale do rio Paraíba, momento no qual surgiram uma série de medidas prescritivas para o tratamento dado aos escravos, incluindo aquelas acima descritas (Marquese, 2004:259-298). A introdução dessa nova concepção de escravidão fez com que Alves se tornasse, no nível regional, um mensageiro do novo. Nesse sentido, esse engenho não serviu só para que se estabelecessem novas relações senhor-escravo, mas também para que se criasse uma representação da sua visão e do seu papel na sociedade. O engenho de São Joaquim possuía, nesse sentido, uma função emblemática, o que teve uma certa importância para Goiás, onde, para alguns, a agricultura constituía-se na melhor alternativa para se escapar do abismo econômico no qual a região encontrava-se mergulhada.

Em termos comparativos, é interessante notar que, embora algumas das soluções adotadas em São Joaquim se equiparassem àquelas empregadas pelos fazendeiros do café, ele diferenciava-se de forma muito nítida dessas propriedades. Isso se deu porque Alves adotou certos princípios que seriam, posteriormente, descartados pela arquitetura do café e ignorou outros, como os da arquitetura neoclássica, que sequer havia sido estabelecida no Brasil. Aconteceu também porque ele ajustou-se ao contexto goiano, assimilando certos elementos da arquitetura local, como, por exemplo, o arranjo da faixa de residência no edifício-sede, e os transformou a partir de suas próprias concepções. Do ponto de vista da paisagem social, esse engenho era híbrido, incorporando diferentes influências e, ao mesmo tempo, dando lugar à criação de novas relações através de atividades cotidianas, lugares e temporalidades diversas.

BIBLIOGRAFIA

- ALGRANTI, Leila M., 1997. Famílias e vida doméstica. In: Souza, L. De M. E (org.). *História da vida privada no Brasil*. Vol. I. São Paulo, Companhia das Letras, pp.83-154.
- ANDRADE, Marcos F. de, 2004. Casas de vivenda e de morada: estilo de construção e interior das residências da elite escravista sul-mineira – século XIX. *Anais do Museu Paulista, Nova Série*, 12:91-128.
- ARMSTRONG, Douglas V. e KELLY, Kenneth G., 2000. Settlement patterns and the origins of African Jamaican society: Seville Plantation, St. Ann's Bay, Jamaica. *Ethnohistory*, 2000:369-395.
- BAKHTIN, Mikhail, 1981. *The dialogic imagination: four essays*. Austin, University of Texas Press.
- BERTRAN, Paulo, 1997. Introdução. In Bertran, Paulo (org.). *Notícia geral da capitania de Goiás em 1783*. Vol. 1. Goiânia, Solo Editores, pp. 1-36.
- BOWSER, Brenda J., 2004. Prologue: toward an archaeology of place. *Journal of Archaeological Method and Theory*, 11(1):1-3.
- BROTERO, Frederico de B., 1940. Uma viagem a Goiás em 1867. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, 38:21-51.
- CHAUL, Nasr F., 1997. *Caminhos de Goiás. Da construção da decadência aos limites da modernidade*. Goiânia, Editora da UFG.
- COELHO, Gustavo N., 1997. *A formação do espaço urbano nas vilas do ouro: o caso de Vila Boa*. Dissertação de mestrado. Goiânia, Universidade Federal de Goiás.
- COSTA, Lena Castelo Branco F. da, 1978. *Arraial e coronel. Dois estudos de história social*. São Paulo, Cultrix.
- D'ALINCOURT, Luiz, 1953. *Memória sobre a viagem do pôrto de Santos à cidade de Cuiabá*. São Paulo, Biblioteca Histórica Paulista.
- DEETZ, James, 1977. *In the small things forgotten: an archaeology of early American life*. New York, Doubleday.
- DELSON, Roberta M., 1997. *Novas vilas para o Brasil-Colônia: planejamento espacial e social no século XVIII*. 2ª edição. Brasília, Alfa-Fiordi.
- _____. Planners and reformers: urban architects of late eighteenth-century Brazil. *Eighteenth-century Studies*, 10(1):40-51.
- DELSON, Roberta M. e DICKELSON, John P., 1984. Perspectives on landscape change in Brazil. *Journal of Latin American Studies*, 16:101-125.
- DEL PRIORE, Mary, 1993. *Ao sul do corpo. Condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia*. Rio de Janeiro, José Olympio.
- DELLE, James A., 1998. *An archaeology of social space: analyzing coffee plantations in Jamaican Blue Mountains*. New York, Plenum Press.
- FIGUEIREDO, Luciano Raposo de A., 1997. *Barrocas famílias. Vida familiar em Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo, Hucitec.
- FOUCAULT, Michael, 1975. *Discipline and punish. The birth of the prison*. New York, Pantheon Books.

- HAMPSON, Norman, 1968. *The Enlightenment. An evaluation of its assumptions, attitudes and values*. England, Penguin Books.
- HILLIER, Bill e HANSON, Julienne, 1984. *The social logic of space*. Cambridge, Cambridge University Press.
- INGOLD, Tim, 1993. The temporality of the landscape. *World Archaeology*, 25(2):153-174.
- JAYME, Jarbas, 1943. *Cinco vultos meiapontenses. Ensaio bibliográfico*. São Paulo, Instituto Genealógico Brasileiro.
- _____. 1971. *Esboço Histórico de Pirenópolis*. Pirenópolis, Prefeitura Municipal de Pirenópolis.
- KNAPP, A. Bernard e ASHMORE, Wendy, 1999. Archaeological landscapes: constructed, conceptualized, ideational. In: Ashmore, W. e Knapp, A. B. (eds.). *Archaeologies of landscape. Contemporary perspectives*. Oxford, Blackwell, pp. 1-30.
- LEMONS, Carlos, 1989. *História da casa brasileira*. São Paulo, Contexto.
- LEONE, Mark P., 1984. Interpreting ideology in historical archaeology: the William Paca Garden in Annapolis, Maryland. In: MILLER, D. e TILLEY, C. (eds.). *Ideology, power and prehistory*. London, Cambridge University Press, pp. 25-35.
- LOPES, Ita Pereira, 2005. *Meus tempos na babilônia*. São Paulo, Via das Artes.
- MARCHANT, Alexander, 1961. Aspects of Enlightenment in Brazil. In ARTHUR P. Whitaker (ed.). 1961. *Latin America and the Enlightenment*. Ithaca, USA, Harper & Row. pp. 95-118.
- MARQUESE, Rafael de B., 2004. *Feitores do corpo, missionários da mente: senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860*. São Paulo, Companhia das Letras.
- MELLO, Suzy de, 1985. *Barroco mineiro*. São Paulo, Brasiliense.
- MAXWELL, Kenneth, 1996. *Marquês de Pombal: Paradoxo do Iluminismo*. RJ, Paz e Terra.
- MONTEIRO, John E., 1994. *Negros da terra. Índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo, Companhia das Letras.
- MOURA, Carlos Eugênio M. de, 2000. *A travessia da Calunga Grande. Três séculos de imagens sobre o negro no Brasil (1637-1899)*. São Paulo, Edusp.
- OLIVEIRA, Adriana M.V., 2001. *Uma ponte para o mundo goiano do século XIX: um estudo da casa meia-pontense*. Goiânia, Agepel.
- PALACIN, Luis, 1994. *O século do ouro em Goiás*. 4ª edição. Goiânia, Editora da UCG.
- POHL, Johann E., 1976. *Viagem no interior do Brasil*. Belo Horizonte, Itatiaia.
- REDMAN, Charles, 1974. Archaeological sampling strategies. *Addison-Wesley Modules in Anthropology* 55:5-32.
- RUGENDAS, João Mauricio, 1979. *Viagem pitoresca através do Brasil*. Belo Horizonte, Itatiaia.
- SAIA, Luís, 1978. *Morada paulista*. 2a ed.. São Paulo, Perspectiva.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de, 1975. *Viagem à província de Goiás*. Belo Horizonte, Itatiaia.
- SENATORE, Maria X., 2002. Discursos iluministas e ordem social: representações materiais na colônia espanhola de Floridablanca em San Julián (Patagônia, século XVIII). In: ZARANKIN, A. e SENATORE, M. X. (orgs.). *Arqueologia da sociedade moderna na América do sul. Cultura material, discursos e práticas*. Buenos Aires, Edições DelTridente, pp. 87-106.

- SHAHON, Sérgio, 1995. O espaço social nas Igrejas do Rio de Janeiro Imperial. *Historical Archaeology in Latin América*, 6:27-43.
- SLENES, Robert W., 1999. *Na senzala, uma flor. Esperanças e recordações na formação da família escrava*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
- SOUZA, Laura de M. E., 1997. Formas provisórias de existência: a vida cotidiana nos caminhos, nas fronteiras e nas fortificações. In: SOUZA, L. De M. E (org.). *História da vida privada no Brasil*. Vol. I. São Paulo, Companhia das Letras, pp.41-81.
- SOUZA, Marcos André T. de, 1996. Análise distribucional intra-sítio em arqueologia histórica: algumas aplicações. *Revista de Arqueologia*, 9:25-42.
- SOUZA, Marcos André T. de, 2000. *Ouro Fino. Arqueologia histórica de um arraial de mineração do século XVIII em Goiás*. Dissertação de mestrado. Goiânia, UFG.
- _____. 2004. Entre práticas e discursos: a construção social do espaço no contexto de Goiás do século XVIII. In ZARANKIN, A. e SENATORE, M. X. (orgs.). *Arqueologia da sociedade moderna na América do sul. Cultura material, discursos e práticas*. Buenos Aires, Edições DelTridente, pp. 63-85.
- SYMANSKI, Luis Cláudio P. e SOUZA, Marcos André Torres de, no prelo. O registro dos grupos escravos: questões de visibilidade e preservação. *Revista do IPHAN*.
- THOMAS, Julian, 1996. *Time, culture and identity. An interpretive archaeology*. London, Routledge.
- THOMPSON, E. P., 1967. Time, work-discipline, and industrial capitalism. *Past & present*, 38:56-97.
- TILLEY, Christopher, 1994. *A phenomenology of landscape: places, paths, and monuments*. Oxford, Berg.
- _____. 1996. The power of rocks: topography and monument construction on Bodmin Moor. *World Archaeology*, 28(2):161-176.
- UPTON, Dell, 1988. White and Black landscapes in eighteenth-century Virginia. In: SAINT-GOERGE, R. B. (ed.). *Material life in America. 1600-1860*. Boston, Northeast University Press, pp. 357-367.
- VAZ, Maria D.A. C. e ZÁRATE, M. H.V., 2003. *A casa goiana. Documentação arquitetônica*. Goiânia, Editora da UCG.
- VENTURA, Roberto, 1988. Leituras de Raynal e a Ilustração na América Latina. *Estudos Avançados* 2(3):40-21.
- VILLALTA, Luiz Carlos, 1997. O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura. In: NOVAIS, Fernando A. (org.). 1997. *História da Vida Privada no Brasil, Vol. 1, Cotidiano e Vida Privada na América Portuguesa*. São Paulo, Companhia das Letras, pp. 331-385.
- WESTMAN, Bror, 1991. What does mean to feel at home? In: GRON, O., ENGELSTAD, E. e Lindblom, I. (eds.). *Social space. Human spatial behavior dwellings and settlements*. Denmark, Odense University Press, pp. 17-20.
- ZARANKIN, Andrés, 1997. *Vivenda Familiar y sistema capitalista: una lectura arqueológica*. Dissertação de mestrado. Buenos Aires, Universidad de Buenos Aires.
- _____. 2002. *Paredes que domesticam: arqueologia da arquitetura escolar capitalista*. São Paulo, Universidade Estadual de Campinas.